

GUSTAVO SILVA FERNANDES

De: Natalia Lopes De Oliveira <natalia.oliveira@digisystem.com.br>
Enviado em: terça-feira, 29 de julho de 2025 11:46
Para: COMPC/DIRAT/FNDE
Assunto: ESCLARECIMENTOS = PE 90011/2025

Geralmente, você não recebe emails de natalia.oliveira@digisystem.com.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Bom dia,

Solicito esclarecer os pontos abaixo:

1. Em relação ao contrato em questão, com vigência de 1 ano, gostaríamos de solicitar um posicionamento claro e objetivo do órgão quanto à forma de apresentação da proposta e da planilha de custos, considerando os impactos da Lei nº 14.973/2024 nas regras de oneração da folha de pagamento. Especificamente, referimo-nos às alterações nas alíquotas do INSS e da CPRB, que afetam diretamente os custos do principal insumo do serviço contratado — a mão de obra —, ainda que a contratação não seja caracterizada como dedicação exclusiva.

Conforme a referida legislação, os percentuais aplicáveis serão os seguintes:

- 2025: 5% de INSS e 3,6% de CPRB;
- 2026: 10% de INSS e 2,7% de CPRB;
- 2027: 15% de INSS e 1,8% de CPRB;
- 2028: 20% de INSS e 0% de CPRB.

Diante disso, surgem as seguintes dúvidas cruciais para a elaboração da proposta e para a manutenção da saúde financeira do contrato ao longo de sua execução:

Deverá ser apresentada uma planilha de custos específica para cada cenário anual (2025 a 2026), refletindo as respectivas alíquotas de INSS e CPRB?

Ou deverá ser considerada apenas a alíquota do cenário de 2025 (5% de INSS e 3,6% de CPRB), com a garantia de reequilíbrio econômico-financeiro pelo órgão a partir de 2026, acompanhando as mudanças anuais previstas na Lei nº 14.973/2024?

2. Entendemos que o quantitativo de profissionais apresentados no TR, são considerados o mínimo a ser apresentado na proposta. Está correto o nosso entendimento?

3. Entendemos que os salários apresentados no TR se referem como mínimo a ser pago aos profissionais sob pena de desclassificação. Está correto o nosso entendimento?

4. Para faturamento do contrato, qual CNAE deverá ser considerado?

Esta informação é importante para determinarmos as alíquotas corretas para PIS, COFINS e ISS.

Atenciosamente,



Natália Lopes de Oliveira

Governo

+55 11 3528-3108 / +55 11 96331-9388

natalia.oliveira@digisystem.com.br

[Site](#) | [LinkedIn](#) | [Instagram](#) | [Facebook](#) | [Youtube](#)